

CPI DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE - CPIOLEO.

REQUERIMENTO Nº /2019

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer seja realizada visita técnica ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, para verificar os impactos do derramamento de óleo naquele bioma.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art. 36, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o plenário dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, realizar visita técnica ao **Parque Nacional Marinho dos Abrolhos** para verificar in loco os impactos do derramamento de óleo naquele bioma.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 30 de agosto de 2019 foram notificadas aos órgãos ambientais as primeiras manchas de óleo encontradas nas areias e arrecifes do Nordeste. Iniciava-se ali o maior desastre ambiental marítimo da história do Brasil. Já são 772 praias em 124 municípios atingidos pelas manchas de petróleo cru, que chegou em todos os nove estados do Nordeste, além de Espírito Santos e Rio de Janeiro. Foram recolhidas até a presente data mais de 4,5 toneladas do material. O impacto ambiental, segundo pesquisadores, vai além da contaminação visível de corais, peixes e mariscos. Ao menos 143 animais oleados foram identificados pelo Ibama, notadamente tartarugas marinhas (98) e aves (31). Mas o petróleo também foi encontrado no organismo de diversos animais, como mariscos e peixes, em dimensão incalculável. É consenso na comunidade científica que o impacto ambiental do óleo pode persistir por décadas.

A demora de mais de dois meses para que o governo iniciasse alguma ação, ainda que tímida, de contingência ao desastre, deve ser investigada por esta CPI, para que sejam verificadas as responsabilidades administrativas e penais frente à omissão do poder público. É público que o Ministério do Meio Ambiente cometeu uma série de violações no tratamento que deu ao problema das manchas de petróleo nas praias nordestinas, segundo um documento formulado pelo governo em 2018, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC). Caso a pasta tivesse seguido à risca as instruções do texto, o plano teria sido instituído em 2 de setembro, mas isso só foi feito 41 dias depois, em 11 de outubro.

Sem a ação devida e adequada do poder público, aqui explicitado, o desastre ambiental não foi mitigado e os santuários ecológicos também foram afetados. Abrolhos foi o primeiro Parque Marinho brasileiro criado em abril de 1983 e desde então essa Unidade de Conservação ajuda a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2019.

Deputado JORGE SOLLA